

## Considerações finais

O presente trabalho pretendeu mostrar que o tema da intencionalidade afasta a hipótese que associa a fenomenologia husserliana como uma concepção subjetivista. Por subjetivismo, entende-se qualquer doutrina que defenda que a apreensão dos pensamentos seja um problema psicológico. Se os pensamentos, por definição, referem-se propriamente à indagação sobre a verdade, obviamente, o problema da apreensão dos pensamentos pela consciência é um problema que exige justificativa lógica. Ainda que o conceito husserliano de fenômeno envolva a referência a um sujeito, contudo, não se trata de uma investigação acerca do objeto contido internamente na consciência.

Assim entendidas, são fenomenológicas puras, todas as investigações da presente obra, na medida em que não possuem tema ontológico, pois, não aspiram fazer afirmações apriorísticas sobre os **objetos** de uma consciência possível [...] Estas investigações não falam de fatos, nem de leis psicológicas de uma natureza ‘objetiva’, mas de possibilidades e necessidades puras, que são inerentes a qualquer forma do **cogito** puro, por seus conteúdos reais e intencionais ou por suas conexões possíveis **a priori** com outras tais formas em uma conexão de consciência **idealiter** possível em geral (Husserl, 1967, p.564).

A intencionalidade **não** permite que as objetividades lógico-ideais dependam, em algum aspecto, da atividade psíquica do sujeito. A “consciência intencional” cumpre, portanto, a função cognoscitiva de ser responsável pela apreensão dos pensamentos, sobretudo, porque as análises de sua atividade explicitam, para o sujeito do conhecimento, a origem do ser-objeto. O subjetivismo a que Husserl pretendia se opor, nos “Prolegômenos à lógica pura” das *Investigações lógicas*, é o subjetivismo do positivismo psicológico, predominante nessa época (denominado psicologismo), que anexava à psicologia toda a filosofia e toda a teoria do conhecimento, interpretando as leis ideais do pensamento no nível das atividades psíquicas, para finalmente reduzir todo ato consciente aos elementos sensoriais associados à percepção. O processo de “ter consciência” significava, para o psicologismo, o resultado da associação de conteúdos de consciência, todos reduzíveis à sua base orgânica, de modo que tal concepção tratava a origem do objeto como sendo formada

a partir da simples divisão entre “interno” e “externo”. Se o critério fenomenológico admite que o início de sua investigação seja a intuição, contudo, este procedimento se deve à concepção de que o conhecimento não tenha início em abstrações, tal como uma consciência fechada em si mesma. A consciência é, para Husserl, uma orientação para “as coisas mesmas”, e isto já indica que o início do saber filosófico não deve partir de uma certeza subjetiva, mas que a condição de possibilidade do objeto em geral é determinada por um *a priori* formal, que é reencontrado pela consciência, e não retido nela. Desse modo, o objeto de um ato intencional não é um processo real para o entendimento.

Se, por um lado, pode-se afirmar que a intencionalidade é uma noção fundamental para a investigação fenomenológica, por outro, não é fácil encontrar uma definição de Husserl sobre este conceito em toda sua obra. Não só porque ele trata os conceitos fenomenológicos como conceitos operatórios do método (Fink, 1968), mas também porque duas obras de referência da bibliografia de Husserl, a saber, *Investigações lógicas* e *Idéias*, tratam a noção de intencionalidade em perspectivas diferentes. Na primeira obra, a intencionalidade determina já a própria forma estrutural em que um objeto pode aparecer na intuição sensível, ou seja, o caráter antipsicologista dessa obra indica que não se deve confundir o objeto intencional com o conteúdo de uma vivência real, que serve apenas de base. Nas *Idéias*, tendo já elaborado a teoria da redução, Husserl entendeu que faltava explicitar como a experiência transcendental da consciência poderia constituir sentido a partir dos seus nexos imanentes.

Tradicionalmente, a consciência é um tema recorrente na história da filosofia. E isto porque a consciência é tratada como atividade da razão. Especificamente, o problema filosófico da consciência foi abordado a partir do momento histórico em que se colocou a questão do conhecimento, isto é, na época moderna. O conhecimento é obtido através da relação entre sujeito e objeto, logo, a consciência assume a condição de ser o modo pelo qual o sujeito pode inteligir coisas. Deve-se assinalar que a problemática moderna da consciência estabeleceu uma cisão que separou completamente os domínios da subjetividade e da objetividade. Se a objetividade for entendida como um reino de objetos lógicos independentes, e não

como aspecto real do mundo, Husserl percebeu que faltava uma teoria da subjetividade coerente à primeira concepção. Para tanto, o método fenomenológico opera uma reformulação crítica nas definições de experiência, juízo, realidade, idealidade. A contribuição de Husserl, em relação ao tema da consciência, é saber como é possível fundar o conhecimento a partir da experiência intuitiva de um sujeito, de modo que o acesso à objetividade não venha reduzi-la a um simples processo psicológico de abstração do ente real. A consciência intencional é uma função do entendimento que atua sobre objetualidades lógicas, mas que é também inerente aos entes reais. O modo de apreensão intuitiva destes apresenta um objeto na forma estruturadora da intencionalidade.

Portanto, a experiência transcendental do sujeito do conhecimento independe do objeto sensível, pois o que se apresenta na forma objetual já é um modo de ser da consciência de algo. O propósito da intencionalidade, em sentido fenomenológico, é saber como se dá a relação entre ato do conhecimento, objeto do conhecimento e significação, a partir da possibilidade da cognição dos atos da consciência. Ou seja, para o método fenomenológico, o saber filosófico deve iniciar com a colocação da questão “como é possível conhecer?”. Com isto, Husserl pretende afirmar que o conhecimento envolve problemas. Para o autor, o procedimento científico não escapa da ingenuidade intelectual, pois concebe todo conhecimento como reduzido à naturalização dos entes, de tal modo que se torna impossível evitar, nesta perspectiva, a *metabasis*, os erros advindos das confusões categoriais, o ceticismo e, finalmente, as aporias.

A concepção lógica de Husserl, antes de se perguntar pelo valor de verdade concernente às funções predicativas de uma proposição, pretende que a definição de verdade seja determinada pela evidência do que se afirma no juízo.

A evidência não tem uma condição essencial distinta da verdade do juízo ao qual pertence. Como é evidente por si mesmo que onde não há nada, não pode ver-se nada, é também evidente por si mesmo que onde não há verdade não pode haver intuição da verdade, em outras palavras, não pode haver evidência (Husserl apud Colomer, 1990, p.375).

Para Husserl, o dado cognoscitivo deve ser fundado na evidência do conhecimento, ou seja, quando o objeto sensível é percebido, nele já se identifica a propriedade formal do entendimento.

O entendimento não é uma atividade que opera sobre o mundo. Da elucidação fenomenológica do formal, deriva que a formação categórica não é uma transformação real do objeto (§61). Deixa os objetos ‘ intactos’, bem se trate de realidades da natureza ou do real no sentido de vivência [psicológica]. A forma não atua neles, porém, se constitui sobre eles. O que é outra maneira de expressar sua idealidade. Daqui se segue que seria absurdo conferir um significado real ao lógico (§65). O entendimento não atua realmente sobre a sensibilidade, não há jogo de ‘faculdades’ no sentido kantiano. O papel da teoria do conhecimento não é a explicitação metafísica a partir da intervenção real das formas, mas a elucidação dos atos de conhecer e seus correlativos objetivos (Schéerer, 1969, p.311).

Desse modo, pode-se dizer que a consciência é consciência de objeto, e isto quer dizer que a consciência é abertura para os objetos, ou para relações cognitivas com objetualidades. Todo objeto é, por sua vez, dado a conhecer-se segundo um modo de ser. Um modo de ser é uma forma de a intencionalidade apresentar o sentido no qual a objetualidade pode ser intuída. Na intuição de essências já existe uma categorização do objeto segundo seu modo de apresentação.

O que a intencionalidade apreende é o sentido de um ato reflexivo como modo de ser correspondente ao que é experienciado como percebido numa vivência intencional da consciência. Se a intencionalidade coloca em um modo de ser o que será intuído na imanência da consciência, é porque ela já é um direcionamento para o possível preenchimento de ato no qual algo pode aparecer, e também significa que ela propicia a apreensão categórica das relações cognitivas *a priori* entre sujeito e objeto. Ou seja, a idéia é que a intuição é definida pela presença preenchedora da própria coisa (que é vista através de seus modos de apresentação, como percebida, imaginada, lembrada, etc.), de modo que esta, a coisa mesma, aparece em um modo especificamente próprio de objetivação e possível preenchimento de significado no horizonte de vivências intencionais. Se a intencionalidade é uma propriedade da consciência, e se esta é sempre consciência de algo, isto quer dizer que, em cada ato da consciência, a manifestação do que aparece possui um modo próprio de intuí-lo.

A noção de intencionalidade, apesar de não suprimir o recurso aos conteúdos de consciência (entendidos no sentido empirista dos conteúdos sensoriais), ainda assim procura estabelecer que esses conteúdos servem de “materiais” que ajudam a construir os atos, porém, os verdadeiros objetos ou correlatos objetivos dos atos são de natureza intencional, e isto quer dizer que não podem ser conteúdos sensoriais.

Para Husserl, o que aparece é o modo de apresentação do pensamento, que é preenchido pela experiência da percepção do dado fenomenológico<sup>1</sup>. Ao pensar, não se produzem os pensamentos, mas eles são apreendidos por meio do sentido<sup>2</sup>. A novidade de Husserl acerca da intencionalidade não é apenas negar que pensamentos e significados estejam associados com entidades psicológicas, mas reconhecer que não se chega a um verdadeiro antipsicologismo sem o esclarecimento de que a possibilidade da objetividade depende de uma teoria do sujeito compatível com a distinção entre leis lógicas e leis psicológicas, sem a qual é impossível fundamentar o conhecimento.

---

<sup>1</sup> Cf. Husserl, 1967, § 2, cap. 2: “Os pensamentos na lógica, as significações unitárias são objetos ideais, já representando universalidades ou individualidades”.

<sup>2</sup> Cf. Husserl, 1998, p.118: “Todos os estudos científicos haviam sido até agora, dirigidos objetivamente em todos os campos, pois, se havia pressuposto, de antemão, a objetividade no conhecer ingênuo. Porém nunca se havia tematizado fundamentalmente, nunca se havia tomado como tema a questão de como a subjetividade cognoscente, em sua vida de consciência pura, realiza esta produção de sentido, esta produção judicativa e intelectual chamada ‘objetividade’. Não se trata de saber como ela (a subjetividade transcendental) determina uma objetividade que já existe na experiência e crença empírica, mas como ela chega, em seu avanço teórico, à essa possessão. Pois ela só tem, o que em si mesma produz. No aspecto sensível, ter uma coisa diante de si, na percepção, já se considera que essa coisa é dada como conhecida, e se leva a cabo uma profusão de estruturas, como operação que dá sentido e põe uma realidade. Porém, para saber algo sobre isto, e algo cientificamente aprovável, necessita-se da reflexão e do estudo reflexivo. Somente com o descobrimento cartesiano da subjetividade pura e, assim, da estrutura da consciência, que é preciso considerar puramente em si e na sua imanência, tornou-se possível manter, sem confusão, o sentido da tarefa de qualquer investigação objetiva”.